

**RELATÓRIO DA SUBCOMISSÃO:  
SUBCOMISSÃO XIII  
Entidades e Autarquias II**

**Quanto ao documento 249.**

**Oriundo do(a):**



**Igreja Presbiteriana  
do Brasil**

**PROTOCOLO No CV**

**Roberto Brasileiro Silva  
Presidente do SC/IPB**

**Data: 21/03/2013**

**Associação Mackenzie de Educação, Pesquisa e Cultura.**

**Ementa:**

**Encaminhamento do Estatuto da Associação Mackenzie de Educação, Pesquisa e Cultura para apreciação.**

**Considerando:**

1 - Que as mudanças dizem respeito a adequações de nomenclaturas, bem como atender às necessidades do Instituto Presbiteriano Mackenzie (IPM), quanto ao apoio que a AMEPEC tem dado na captação de recursos e contratação de serviços com órgãos públicos.

2 - Que o estatuto apresentado foi analisado pela assessoria jurídica do Instituto Presbiteriano Mackenzie (IPM), o qual assessora juridicamente esta AMEPEC.

3 - Que se faz necessário os registros em cartórios do referido estatuto.

**A CE-SC/IPB - 2013 RESOLVE:**

1. Tomar conhecimento.

2. Aprovar a mudança estatutária da AMEPEC, conforme estatuto abaixo transcrito:

**"CAPITULO I- DA DENOMINAÇÃO, DOS FINS E DA SEDE DA ASSOCIAÇÃO. Art.**

**1º - A Associação Mackenzie de Educação, Pesquisa e Cultura, sucessora da Sociedade Mackenzie de Educação,**

Pesquisa e Cultura, identificada pela sigla AMEPEC, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 45.567.104/0001-10, com sede e foro na cidade de São Paulo, na Rua Itacolomi, 412, 9º andar, Higienópolis, São Paulo - SP, CEP 01.239-020, doravante designada simplesmente de Associação é uma Instituição sem fins econômicos, de direito privado e de interesse público que se destina a: I - estimular, apoiar, desenvolver e executar atividades educacionais, culturais, esportivas e projetos de pesquisa científica, inclusive os de interesse do Instituto Presbiteriano Mackenzie e suas mantidas, com recursos próprios ou provenientes de captação, parcerias, acordos e convênios com pessoas jurídicas, instituições e órgãos públicos e privados; II - promover o desenvolvimento da cultura, a defesa e a conservação do patrimônio histórico e artístico; III - defender a preservação e a conservação do meio ambiente e a promoção do desenvolvimento sustentável; IV - apoiar a promoção do desenvolvimento econômico e social e o combate à pobreza, colaborando com pessoas jurídicas públicas ou privadas em programas administrativos, científicos e tecnológicos, bem como na promoção da integração ao mercado de trabalho e em atividades de amparo às crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiências; V - incentivar, apoiar, desenvolver ou organizar e promover; conferências, colóquios, seminários e simpósios que se destinem a debater e difundir conhecimentos científicos, tecnológicos, educacionais, culturais, filosóficos, éticos, teológicos, administrativos ou artísticos; VI - apoiar, promover ou executar a produção, e a editoração e a comercialização, por meio da gravação e impressão escrita ou gravação eletrônica/digital, de obras de interesse científico, tecnológico, educacional, artístico, teológico, filosófico e cultural; VII - promover fé em Deus, a ética, a paz, a cidadania, os direitos humanos, a democracia e outros valores universais; VIII - prestar serviços de educação em todos os níveis de ensino, inclusive concedendo bolsas de estudo segundo critérios previamente estabelecidos e aprovados pela sua Assembléia Geral; IX - atuar como órgão de fomento, promovendo e apoiando estudos e projetos de pesquisas visando à obtenção e ao desenvolvimento de novos conhecimentos e de conhecimentos e de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos, científicos e culturais que digam respeito às atividades mencionadas neste artigo; X - Executar e desenvolver projetos e atividades técnicas, de consultoria, administrativas e científicas, tanto para instituições ou órgãos públicos, quanto para privados, podendo, inclusive, contratar o pessoal qualificado visando atender às demandas propostas, de acordo com cada projeto ou atividade. XI - Promover convivência interativa entre trabalho/profissão e educação/ensino, podendo, para tanto, executar e operacionalizar Programas de Estágios nos diversos níveis de

ensino; XII - Promover o recrutamento, treinamento e seleção, através de processo simplificado de seleção, concurso público ou vestibular, organizando, planejando e executando a logística para completa realização do evento. XIII - Produzir e executar serviços de radiodifusão e televisão, em todas as suas modalidades, sem finalidade comercial, apenas para fins exclusivamente educativos, culturais, científicos e beneficentes. XIV - Promover ações que objetivem desencadear, estimular e fortalecer a mobilização e a participação das famílias na capacitação profissional, na educação sanitária e na educação ambiental; Parágrafo único - A Associação tem duração por tempo indeterminado, prestando os serviços previstos neste Estatuto sem qualquer discriminação de pessoas, independentemente de sexo, raça ou crença. Art. 2º - A Associação dará cumprimento às suas finalidades estatutárias diretamente ou por intermédio de contratos, convênios ou parcerias com terceiros, sejam eles pessoas físicas ou jurídicas, instituições e órgãos públicos ou privados. CAPÍTULO II- DOS REQUISITOS PARA ADMISSÃO, DEMISSÃO E EXCLUSÃO DOS ASSOCIADOS. Art. 3º - Associação compõe-se de duas categorias de Associados, que integram a sua Assembléia Geral, a saber: I - Associado Vitalício, que é, com exclusividade, a Igreja Presbiteriana do Brasil, sempre representada por três Associados, compreendendo o Presidente, o Secretário Executivo e o Tesoureiro do seu Supremo Concílio ou por seus substitutos legais; II - Associados Eleitos, em número de 6 (seis), sendo 02 Associados indicados pela Comissão Executiva do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil e 04 Associados indicados pelo Conselho Deliberativo do Instituto Presbiteriano Mackenzie; § 1º - Os representantes do Associado Vitalício obtém posse formal no ato de sua eleição no Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil. § 2º - Os Associados Eleitos são propostos, na proporção de 2 (dois) nomes para cada vaga a quem de direito, que os encaminhará à Diretoria da Associação, em tempo hábil, para a eleição pelos Associados remanescentes. § 3º - O mandato dos Associados Eleitos será de 04 anos, sendo permitida uma reeleição para mandato consecutivo. § 4º - Em caso de vacância por renúncia, perda de mandato ou morte, que implicará demissão do Associado da Associação, o novo Associado Eleito completará o mandato interrompido. Art. 4º - A exclusão de Associado, que pressuporá infração a este Estatuto, bem como ao ordenamento jurídico vigente ou à moral e aos bons costumes, ou, ainda, a qualquer decisão da Assembléia Geral ou Diretoria, ocorrerá mediante procedimento específico, no qual, caracterizada a justa causa, serão assegurados o direito de defesa e de recurso, a serem exercidos em 15 (quinze) dias, contados da ciência da notificação ou decisão, respectivamente, com posterior análise pela Assembléia Geral da Associação, extraordinariamente convocada

especialmente para esse fim. **CAPÍTULO III- DOS DIREITOS E DEVERES DOS ASSOCIADOS.** Art. 5º - É dever dos Associados conjugar esforços para o fiel desempenho de seus mandatos e das responsabilidades que lhes foram atribuídas para que a Associação alcance as suas finalidades estatutárias,

devendo, para tanto, comparecer a todas as Assembléias Gerais, para votar e ser votado, se o caso, na forma deste Estatuto. Art. 6º - Os Associados não são remunerados e nem percebem benefícios ou vantagens, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes são atribuídas pelo Estatuto podendo, todavia, ser ressarcidos de despesas comprovadas por documentos hábeis, que efetivamente tenham realizado para o cumprimento das referidas atividades. § 1º -

Não pode servir como Associado Eleito nem como representante do Associado Vitalício, pessoa que exerça cargo ou função remunerada na própria Associação ou no Instituto Presbiteriano Mackenzie. § 2º - Por proposta da Diretoria, a Assembléia Geral poderá aprovar ato normativo que substitua por jetons o ressarcimento das despesas referidas no caput deste artigo, em valores compatíveis com as médias das despesas efetivamente realizadas, nesta rubrica, no exercício anterior. Art. 7º - Os Associados não respondem solidária nem subsidiariamente pelas obrigações da Associação. **CAPÍTULO IV-DO MODO DE CONSTITUIÇÃO E FUNCIONAMENTO DO ÓRGÃO DELIBERATIVO.**

Art. 8º - A Assembléia Geral dos Associados, constituída no total de 9 (nove) Associados, conforme estabelece o Artigo 3º, é o órgão superior de decisões da Associação. § 1º - A Assembléia Geral reúne-se, ordinariamente, uma vez por ano, sempre no primeiro semestre, por convocação do Presidente da Diretoria ou por requerimento assinado por 1/3 (um terço) dos associados, em qualquer caso, com antecedência mínima de 10 (dez) dias. § 2º - As reuniões extraordinárias poderão ser realizadas sempre que necessário, por convocação do Presidente da mesa Diretoria, ou por requerimento assinado por 1/3 (um terço) dos associados. § 3º - O quorum de instalação das reuniões ordinárias e extraordinárias é de 5 (cinco) Associados, sendo um deles um Associado Vitalício, salvo se, pela natureza do assunto o estatuto determine quorum especial. § 4º Nas reuniões extraordinárias a Assembléia Geral

só poderá tratar de assuntos que hajam sido incluídos na convocação. § 5º - De todas as reuniões da Assembléia serão lavradas atas contendo o registro das deliberações tomadas. Art. 9º - Os Associados Eleitos deverão comparecer a todas as Assembléias, sob pena de ser destituídos de seus mandatos, em decorrência de 3 (três) faltas consecutivas, sem a indispensável justificativa aceita por 2/3 (dois terços) dos presentes à Assembléia, na forma do art. 4º. Art. 10 - Compete à Assembléia Geral: I - deliberar sobre todo e qualquer assunto de interesse da Associação; II - aprovar orçamentos; III -

aprovar projetos que exijam dotações extra-orçamentárias; IV - receber, apreciar e deliberar sobre os relatórios do Conselho Fiscal; V - deliberar sobre os relatórios e os balanços anuais e contratar serviços de auditoria sempre que julgar conveniente ou por imposição de normas legais vigentes; VI - deliberar sobre aquisição, alienação, doação, venda, oneração ou empréstimo de imóveis, pelo voto de 2/3 (dois terços) dos Associados; VII - deliberar sobre aceitação de doações ou legados com ônus, empréstimos financeiros e outros encargos; VIII - deliberar sobre alteração no seu próprio estatuto, observadas as normas vigentes e o disposto no art. 27 deste estatuto; IX - deliberar sobre o encerramento das atividades da Associação ou sobre a sua extinção, após manifestação por escrito, do associado vitalício, por meio dos seus representantes legais; X - deliberar sobre atos normativos de interesse da associação; XI - eleger e destituir os membros da Diretoria, no segundo caso, pelo voto de 2/3 (dois terços) dos Associados; XII - deliberar sobre aprovação de convênios, contratos e parcerias; XIII - eleger, dentre os nomes indicados pela Comissão Executiva do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil e do Instituto Presbiteriano Mackenzie, os Associados Eleitos; XIV - eleger os membros do Conselho Fiscal; XV - deliberar sobre a aplicação a ser dada aos eventuais resultados operacionais que se verificarem no exercício financeiro após aprovar os relatórios de atividades e o balanço do ano anterior.

Parágrafo único - Salvo previsão deste Estatuto, o quorum para deliberação da Assembléia Geral corresponderá à maioria simples dos presentes.

**CAPÍTULO V- DA  
FORMA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - DA DIRETORIA.**

Art. 11 - A Diretoria da Associação é composta de Presidente, Vice-presidente, e Secretário e Tesoureiro, todos com mandatos de 2 (dois) anos, eleitos entre os membros da Assembleia Geral da Associação e empossados na própria Assembléia Geral que elegeu os membros da Diretoria ou na Assembléia Geral seguinte.

§ 1º - O Presidente do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil é membro nato da Diretoria; Art. 12 - A Diretoria da Associação reúne-se a qualquer tempo por convocação do seu Presidente, do seu substituto legal ou do Presidente do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil, podendo deliberar ad referendum da Assembléia Geral.

§ 1º - O quorum para as reuniões da Diretoria é de 3 (três) membros.

§ 2º - O Presidente do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil será obrigatoriamente convidado a participar de todas as reuniões da Diretoria.

§ 3º - De todas as reuniões da Diretoria serão lavradas atas contendo o registro das resoluções tomadas.

Art. 13 - Compete à Diretoria velar pelos interesses da associação.

Art. 14 - O presidente da Diretoria é também o Presidente da Associação, competindo-lhe: I - convocar e presidir as reuniões da Assembléia Geral; II - dar o voto de desempate, além do voto de Associado Eleito, nos casos em que a



votação permanecer empatada após três votações sucessivas; III - representar a associação, inclusive em juízo, cabendo-lhe neste caso, juntamente com outro membro da Diretoria, outorgar procuração ad judicia et extra; IV - visar, em nome da Associação, mediante prévia autorização da Assembléia Geral, contratos, convênios e parcerias; V - assinar, com outro membro da Diretoria, escrituras públicas de aquisição, alienação, doação, venda, permuta, cessão em comodato ou hipoteca de bens imóveis. Art. 15 - O Presidente é substituído nas suas ausências ou impedimentos, obedecida à seguinte ordem de precedência: Vice-presidente, e Secretário e Tesoureiro. Art. 16 - Ao Vice-Presidente compete dar assistência ao Presidente em suas atribuições e substituí-lo em suas ausências ou impedimentos temporários. Art. 17 - Ao Secretário compete: I -

secretariar as reuniões da Assembléia Geral e da Diretoria, lavrando as respectivas atas;

II - zelar pelo bom funcionamento do expediente e pelos serviços da secretaria da Assembléia Geral e da Diretoria; III - supervisionar os registros e o arquivo de documentos gravados por meios eletrônicos e de papéis de interesse da Associação e que ficarão sob a custódia da sua secretaria executiva; IV - substituir o Vice-presidente nas suas faltas ou impedimentos eventuais. Art. 18 - Ao Tesoureiro compete: I - assinar, juntamente com o Presidente, todos os documentos relativos à movimentação financeira da Associação, bem como as demonstrações contábeis e financeiras, além dos contratos, convênios e parcerias aprovados pela Assembléia Geral; II - elaborar o orçamento anual da Associação e conservar, sob sua guarda e responsabilidade, os documentos relativos à tesouraria; III - apoiar o trabalho do Conselho Fiscal, prestando todas as informações e documentos necessários; IV - substituir o Secretário nas suas faltas ou impedimentos eventuais. CAPÍTULO VI - DO CONSELHO FISCAL. Art. 19 O Conselho Fiscal, constituído de 3 (três) titulares e respectivos suplentes, será eleito pela Assembléia Geral. § 1º - O mandato dos membros do Conselho Fiscal é de 4 (quatro) anos, admitida a reeleição para mandato integral e consecutivo, uma única vez; § 2º - Ao ser eleito o titular, eleger-se-á, também, o respectivo suplente; § 3º - Em caso de renúncia, falecimento ou perda de mandato de um titular, assumirá o respectivo suplente, para completar o mandato interrompido. Art. 20 - O Conselho Fiscal terá um Presidente e um Secretário, eleitos entre os membros titulares, admitido a recondução por mais de um mandato consecutivo, uma única vez. § 1º - Ao Presidente compete, dentre outras, as seguintes atribuições: I - convocar as reuniões do Conselho Fiscal e presidi-las na condição de moderador; II - orientar o encaminhamento dos assuntos relacionados com o Conselho Fiscal. § 2º

- Ao secretário compete, dentre outras atribuições: I - lavrar as atas das reuniões do

Conselho Fiscal; II - encarregar-se da correspondência inerente ao Conselho Fiscal.

Art. 21 - Compete ao Conselho Fiscal: I - examinar e opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para a Assembléia Geral. II - Emitir prévio parecer sobre matéria de sua competência, sempre que

solicitado pela Diretoria. Parágrafo único - Os membros do Conselho Fiscal não são remunerados pelo exercício de suas funções, mas serão reembolsados por despesas efetiva e comprovadamente realizadas, mediante apresentação de documentos hábeis, para o pleno desempenho das suas atribuições. Art. 22 - A Associação proporcionará ao Conselho Fiscal a infra-estrutura e as condições necessárias para o seu pleno funcionamento. Art. 23 - O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano e extraordinariamente sempre que necessário, por convocação do seu presidente.

Parágrafo único - O quorum para as reuniões do Conselho Fiscal é de 2 (dois) membros.

**CAPÍTULO VII- DO PATRIMÔNIO.** Art. 24 - O patrimônio da Associação será constituído por doações, legados, produto de aplicações financeiras e eventuais recursos resultantes de parcerias ou de contratos, conforme previsto no artigo 1º deste Estatuto, e quaisquer outras fontes permitidas em lei. Art. 25 - A Associação não distribui entre seus conselheiros, associados, doadores, benfeitores, diretores e empregados, dividendos nem quaisquer parcelas de seus rendimentos, rendas ou de seu patrimônio, ou excedentes operacionais brutos ou líquidos, auferidos mediante o exercício de suas atividades, sob a forma de participação no resultado, lucro ou quaisquer outras rubricas que tenham o mesmo significado, aplicando-os integralmente na consecução dos fins previstos no estatuto da associação. **CAPÍTULO VIII-DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.** Art.

26 - A Diretoria da Associação prestará relatórios anuais à Assembléia Geral, com cópias ao Instituto Presbiteriano Mackenzie e ao Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil ou à sua Comissão Executiva. Art. 27 - O presente Estatuto poderá ser alterado em reunião extraordinária da Assembléia Geral convocada para esse fim, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias. § 1º - Todas as alterações devem obter 2/3 (dois terços) dos votos dos Associados Eleitos e mais o voto do Associado Vitalício. § 2º - Da convocação a que se refere o caput deste artigo se enviará cópia, com 30 (trinta) dias de antecedência, à todos os Associados. Art. 28 - Os casos omissos serão resolvidos pelo consenso ou pelo voto de 2/3 (dois terços) dos presentes à Assembléia Geral e a expressa aprovação do representante do Associado Vitalício. Art. 29 - Caso a Associação venha a dissolver-se, depois de liquidado todo o passivo, o patrimônio remanescente será destinado à instituição de fins iguais ou semelhantes, sediada no território nacional, e indicada, de comum acordo, pelo associado vitalício e pelo Instituto

Presbiteriano Mackenzie. Art. 30 - Após a aprovação pela Comissão Executiva do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil, o presente estatuto será registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas do 4º Ofício, da Capital, em substituição ao anterior, de 29 de maio de 2009, que está averbado na margem do registro 434081/01, em 28 de abril de 2011."

Sala das Sessões, 21 de Março de 2013.

Relator: Rev. José Alex Barreto Costa Barbosa

Sub-relator: Presb. Eber Teixeira de Paula

Membros: Rev. Jaed Vasconcelos Gomes, Rev. Marcos Antônio Gomes

Amaral, Rev. Marcelo Bernaldino da Silva.